

COMUNIDADE NACIONAL EUGÊNICA IMAGINADA

JÓICE ANNE ALVES CARVALHO*

INTRODUÇÃO

Ao pensar sobre o ideal eugênico no Brasil realiza-se uma análise pautada no conceito de comunidade imaginada, pois, se tem o entendimento que o discurso eugenista mobilizava definições de padrões culturais encarados como representação¹ do que deveria ser a população brasileira, podendo ser visto como um projeto de nação e, por conseguinte, de Brasil.

Assim sendo, o conceito que nomeia este artigo baseia-se no trabalho desenvolvido por Benedict Anderson (1993). Neste sentido, compreende-se a nação como uma “comunidade limitada, soberana e, sobretudo, imaginada”. Imaginada, no sentido de que os sujeitos mesmo sem dividirem o mesmo espaço geográfico e cultural, compartilham signos e símbolos comuns, que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário – no contexto estudado, os padrões eugênicos. A “imaginação”, como proposto por Anderson, não significa falseamento, mas sim uma “rede de parentesco” que dota seus membros de certa particularidade. Sobre este aspecto, a condição nacional abarcada pelo projeto eugenista era o enquadramento nos perfis salubres para o melhoramento da nação. Neste sentido, compreende-se nação como uma “comunidade política imaginada”.

A relação da temporalidade com a identidade nacional associa o pensamento desses “intelectuais entre aqueles intérpretes da nação que tiveram como qualidade fundamental de seu pensamento consolidar uma identidade nacional, o que implica, evidentemente, uma profunda relação da nação com o tema devir” (ARMANI, 2010, p.19). Neste sentido, o tempo histórico trabalhado por Reinhart Koselleck (2006) é fundamental para compreender a

* Bolsista CAPES-DS; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: joicec.anne@gmail.com

¹ Compreende-se o termo a partir de Roger Chartier (2002, 2002). Tendo o entendimento que as representações se referem à maneira como em distintos espaços geográficos e temporais a realidade social é construída. Desta forma, criam-se figuras as quais dotam o presente de sentido. O autor também defende que esses códigos, padrões e sentidos são partilhados, e apesar de algumas vezes apresentarem-se de maneira naturalizada, seus sentidos modificam-se, tendo em vista que são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder e pelos conflitos de interesses dos grupos sociais.

concepção de presente, passado e futuro na perspectiva dos autores estudados, pois em suas falas o passado colonial brasileiro e o presente composto pela miscigenação seria a origem do atraso civilizacional. O presente englobaria a generalização desses males, culminando na degeneração da nação levando a sociedade à rejeição do progresso, ao futuro se atrelariam as esperanças de rompimento com esse sistema e cura dos males através da difusão da eugenia.

Para Alexandre Tepedino (1914), a eugenia equivaleria à puericultura antes da procriação, tendo como fim a pesquisa dos conhecimentos relativos “à reprodução, à conservação e á perfeição da espécie humana”. Para isto, os intelectuais estudados buscavam na antiguidade exemplos para o ideal eugênico. Neste sentido, “eugenia” seria uma nova palavra, mas não uma nova ideia. Tepedino alegava que os gregos, os hebreus e os romanos demonstraram interesse pelo aperfeiçoamento da espécie, e que no início do século XX esta seria tarefa dos cientistas: “eram antigamente os cultores da Eugenia os philosophos, os theologos e os prothetas. Actualmente os seus pioneiros os homens da sciencia e sobretudo os medicos” (TEPEDINO, 1914. p. 6). Outros intelectuais como Estellita Ribas (1927) e Octavio Domingues (1933) também demonstravam em suas narrativas a retomada a um ideal clássico na constituição do padrão eugênico brasileiro. Utilizando como exemplo os espartanos, Ribas defende que Esparta teria sido o “berço da eugenia” e que, no início do século XX, os cientistas devem tomar para si a responsabilidade da concretude do ideal eugênico:

Que agora, neste seculo crysol se erga, á luz do sóes, o maior monumento que porventura é dado erguer o genio humano – que seja, simultaneamente, obra de arte, de vida e de amôr no que elle tem de mais divino e sublime – a concretisação do ideal eugenico! Elle, sosinho, uma vez que o consigamos, valerá por todos o monumentos da terra. O século XX, si de facto for o seculo das luzes será, fatalmente, o seculo da renascença eugenica! (RIBAS, 1927, p. 16)

Para Domingues era na civilização helênica onde os eugenistas deveriam se deparar com as noções práticas, a tal povo o título de “pioneiros do eugenismo no mundo antigo”. E, assim como Tepedino e Ribas, ressalta a importância não apenas das leis, mas também de pensadores acerca da problemática:

Não são apenas seus legisladores, criando leis com uma visão unilateral do problema, como Licurgo em Esparta, mandando atirar ao Eurotas todos os recém-nascidos raquíticos, mal formados desde o berço – são ainda seus filósofos que se convencem e proclamam também a necessidade de operar uma certa escolha entre os genitores, para a formação de proles vigorosas, inteligentes, portanto capazes de elevar a raça física e moralmente (DOMINGUES, 1933, p. 15).

O emprego de termos como civilização, nação, pátria, progresso, barbárie no discurso dos autores estudados remete aos preceitos teóricos de Koselleck. Para o autor, um fato linguístico permite que se possa atuar sobre realidade de forma concreta, pois um conceito está sempre relacionado àquilo que se tenta compreender. Essa relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido é fundamentalmente tensa. Em suma na concepção de Koselleck, todo conceito está articulado com o contexto sobre o qual também pode atuar de forma a torna-lo compreensível. Contudo, ao abordar sobre conceitos como Pátria/Nação, patriotismo/ nacionalismo, procura-se esclarecê-los meio às perspectivas de John Breuilly (2000), compreendendo com “pouco valor analítico distinguir “patriotismo” e “nacionalismo”” (BREUILLY, 200, p. 157). Neste sentido:

[...] certa doutrina nacionalista pode afirmar que a nação é uma questão de um compromisso subjetivo ativo, enquanto outra pode insistir que nação é uma comunidade racial, linguística ou religiosa, que se constitui independentemente das opiniões de seus membros (BREUILLY, 200, p. 158).

Para análise do discurso eugênico enquanto elemento constituinte de uma narrativa identitária, se busca apoio teórico nas perspectivas de Ernesto Laclau (1992), compreendendo que as variações discursivas ocorrem onde a ideologia opera. Logo, o ato linguístico implica ação sobre a tese eugenista, pode-se qualificá-lo como um poder que implica o corpo. Neste sentido, há um agenciamento da política meio a manutenção da ideologia e da ordem vigente. A partir de um regime de veracidade (no período pautado pela ciência), visualiza-se a ideia de verdade como legitimadora da dominação. Tem-se, nesse sentido, a questão nacional como ideologia que fundamenta a existência. No decorrer do trabalho, a percepção de ser no mundo é contextual, no entanto, tal noção de contexto não será trabalhada de maneira positivada. Trabalha-se com a ideia do discurso eugênico como uma visão de mundo que serve para manter ou não determinada ordem, buscando assim, como o contexto se constitui a partir da prática discursiva.

Um elemento que permeia as fontes analisadas é a ideia de sacrifício pela pátria, portanto, categorias que são debatidas nos capítulos seguintes – como elementos de controle

social da população – são delineadas pelos eugenistas como dever patriótico, a eugenia para estes intelectuais se caracteriza como um dispositivo que disciplina e depura a raça².

[...] a depuração de sangues inferiores não só tornaria a população mais homogênea racialmente como seria a única alternativa de, por meio da hereditariedade, “construir um homem brasileiro”, “a identidade nacional”, “o sujeito moral”, passível de intervenção de um poder disciplinar que penetra todas as esferas da existência e que se realiza pela “aceitação dos indivíduos e não por sua rejeição”. Tratava-se de constituí-lo, etnicamente, pela biologia, como ser superior, como cidadão. [...] Portanto, a eugenia oferecia ao país a perspectiva de vir a ser nação através da constituição da “raça brasileira” (MARQUES, 1994, pp. 38-39).

1 Eugenia em fins do Século XIX e Primeira Metade do Século XX

Em fins do século XIX e início do século XX, movimentos de eugenia apropriaram-se do discurso científico adquirindo popularidade em vários países. Foram assim, associados a programas de controle de reprodução tais como leis de esterilização compulsória através de políticas estatais sendo usados como legitimadores da busca pela “pureza racial”. Aplicou-se desta forma as análises e leis restritas aos animais e vegetais às sociedades, implicando desta maneira, as perigosas alocações hierarquizadas frente às diferenças humanas. “Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar” (SILVA, 2000, p. 82).

Sob perspectivas de mundo onde a ciência torna-se o classificador do homem as teorias eugênicas adentram no Brasil a partir de intelectuais, comumente ligados às faculdades de medicina. Através destes discursos científicos proliferaram no meio acadêmico os padrões eugênicos e a ideia de necessidade de limpeza racial. Todos os caracteres que não estavam coesos aos padrões ideais para futuros progenitores eram considerados entraves para o melhoramento genético do brasileiro. Deste modo, tais intervenções foram aplicadas não somente aos indivíduos, mas às raças, causando um determinismo racial. Neste período, “o Brasil era visto como uma nação ainda em formação, composta por uma grande população negra e miscigenada, muitos, inclusive, recém-saídos do sistema escravista” (SOUZA, 2008, p. 147). Nesse contexto a eugenia brasileira apresenta-se como uma ciência biossocial, proposta de reforma do ambiente social no processo de construção da identidade nacional.

² Conceito de raça no período servia de legitimação para hierarquização da sociedade com base nas diferenças de características genéticas ou fenotípicas e psicológicas da população humana. No decorrer do trabalho o termo será empregado sem a utilização de aspas, por se tratar da maneira como os intelectuais o utilizavam.

Para melhor analisarmos o cenário discursivo em que a eugenia apresenta-se no Brasil, temos que levar em conta a circulação de ideias no país desde o início do século XIX. Neste sentido, as discussões raciais devem ser entendidas a partir do Evolucionismo. Este movimento pode ser considerado um marco, pois a partir dele tentou-se explicar a diferença associando esta ao desenvolvimento. Essa noção de evolução encontra-se ligada ao orgânico, ao biológico. Tais ideias eram baseadas na obra “A Origem das Espécies” (1859) de Charles Darwin. Porém, é importante ressaltar que essa noção biológica da evolução possui suas raízes nos pensamentos e discussões filosóficas dos iluministas do século XVIII. Além disso, Darwin não trata de seres humanos em suas teses, suas ideias foram interpretadas e adaptadas para darwinismo social, “devido à seleção, o homem pode certamente obter grandes resultados e adaptar os seres organizados às suas necessidades, acumulando as ligeiras nas úteis variações que lhe são fornecidas pela natureza” (DARWIN, 2009 [1859], p. 75).

Desta forma, pode-se dizer, que tais preceitos foram empregados no regramento, organização e otimização das sociedades, assim como, se mostrou presente na perspectiva de construção de um novo mundo em meio às novas gerações, que seriam superiores às anteriores não apenas fisicamente quanto moralmente. “A luta pela existência resulta inevitavelmente da rapidez com que todos os seres organizados tendem a multiplicar-se” (DARWIN, 2009 [1859], p. 78). Sendo assim, a partir da obra publicada por Charles Darwin em 1859, desenvolveram-se diversas teses sobre a temática, algumas aplicando suas análises aos seres humanos. Diversos intelectuais observaram os cruzamentos realizados entre as espécies e concluíram que o este reproduzia as características de seus progenitores. Em meados do século XIX isto já estava sendo amplamente admitido para os seres humanos, sendo as características individuais explicadas pela mistura de elementos que ambos os pais forneciam aos filhos. Tais teorias sobre o processo de transmissão de características entre as gerações foram amplamente debatidas e rearticuladas ao longo da segunda metade do século XIX.

A partir destas premissas, o denominado evolucionismo social representou no período uma tentativa de formalizar o pensamento social através de discursos científicos, conforme a teoria biológica da evolução. Sobretudo, apesar de Darwin não mencionar evolução humana em seu trabalho, este serviu para as mais diversas alocações hierarquizadas frente às diferenças humanas, assim como, explicações de atraso civilizacional com base também em determinismos geográficos. O evolucionismo biológico e o evolucionismo social se

aproximaram e o segundo passou a ser o modelo de explicação das diferenças entre o “eu” e o “outro”. O resultado disso se dá na consolidação do etnocentrismo, no qual a sociedade do “eu” é considerada a mais avançada enquanto a do “outro” a mais atrasada. É nesse sentido, que a noção de progresso torna-se primordial, pois os homens se encaminham para ele no decorrer do tempo, saindo de estágios primitivos para estágios superiores, em uma trajetória ascendente.

Os evolucionistas defendiam uma unidade cultural, enquadrando todos os povos nos mesmos problemas, pois consideravam que os primitivos conquistariam o grau de civilização ao longo do tempo. Sendo assim, pode-se concluir que existem dois extremos no evolucionismo, de um lado encontram-se os povos inferiores ou primitivos, enquanto de outro, os superiores ou civilizados. Todavia, vale ressaltar que mesmo marcado pela ideologia da superioridade, o evolucionismo manteve certa relativização na medida em que se propôs a pensar o outro. Autores como Arthur de Gobineau e Gustave Le Bon recuperam as teorias de Darwin defendendo o caráter essencial das raças, dando origem aos chamados darwinistas ou deterministas sociais que “passam a qualificar a diferença e a transformá-la em objeto de estudo, em objeto de ciência” (SCHWARCZ 1996, p.8). Devido à ênfase dada em suas teorias, esses autores estavam divididos entre aqueles que privilegiavam o geográfico e aqueles que priorizavam a raça.

Essas discussões sobre as raças culminaram em um discurso político que buscava solucionar a submissão ou eliminação das raças inferiores, convertendo-se “em uma espécie de prática avançada do darwinismo social, ou seja, na eugenia, cuja meta era intervir na reprodução das populações” (SCHWARCZ 1996, p.10). Essas questões no Brasil suscitavam a preocupação com o devir nacional. Entre os autores brasileiros que trataram sobre a temática da mestiçagem desde fins do século XIX, pode-se destacar Nina Rodrigues que apresentando um determinismo científico e racial via a miscigenação como sinônimo de atraso e degeneração, e, Sílvio Romero que encarava o branqueamento como solução para regenerar as raças inferiores, integradas e extintas pela mistura progressiva. Provém desse pensamento o incentivo à imigração, vista como elemento catalisador do processo de branqueamento.

Tal debate posteriormente se apresentaria como o alicerce das obras de eugenistas como Renato Kehl, as quais consistiam em resolver o “problema racial” na superioridade do branco europeu especificamente a do ariano, Kehl associava a mestiçagem aos híbridos, estes

sendo originários de espécies diferentes, neste contexto quando se classifica os mestiços como inferiores e “quase híbridos”, não seria descabido interpretar essa expressão como “semi-humanos” (MACIEL, 1999, p. 132). Ao que constam nas publicações, a preocupação não se vinculava apenas em relação à saúde física e mental, mas incluía a formação de uma “raça superior que possuísse os atributos intelectuais necessários à assimilação e ao desenvolvimento da cultura, dos quais dependia o progresso material da civilização” (AMARAL, 1929, p. 333). “No geral, as medidas eugênicas objetivavam também educar e regular os hábitos das classes sociais mais pobres, vistos como imorais, degradantes e perniciosos ao futuro racial da nação” (SOUZA, 2008, p. 158).

A eugenia nos países da América Latina teria como característica própria “um tipo especial de conhecimento científico e social produzido e aderido pelas propriedades históricas, culturais e políticas próprias da região” (STEPAN, 2005, p. 75-106). Destacando assim, o interesse que a proposta eugênica apresentava nestes países em melhoramento do meio, distinguindo-se da ideia original de Francis Galton. O conceito de eugenia foi desenvolvido no decorrer da segunda metade do século XIX por Francis Galton (1892, 1906), tendo como princípio uma seleção artificial que visava o aperfeiçoamento da raça humana por meio da escolha dos progenitores.

Neste sentido, a eugenia tem como base o estudo da hereditariedade. Entretanto para além deste embasamento para as obras acerca do discurso eugênico, “no Brasil, em fins do século XIX, a preocupação com a constituição do Estado Nacional e com a cultura do país colocava a questão do caráter nacional” (MARQUES, 1994, p. 33). Desta maneira, o debate ganha forças nas primeiras décadas do século XX, tendo como pressuposto a miscigenação do povo brasileiro como um atraso para a constituição do país enquanto civilização. Como salientado por Stepan (2005, p. 115), ainda que o aprimoramento do meio fosse de real importância na eugenia latino americana, as técnicas mais notórias de “aprimoramento da raça” desenvolvidas pelos eugenistas implicavam a interferência na reprodução humana. O que resultou processos compulsórios de esterilização e desenvolvimento de normas e padrões morais para o matrimônio.

Ao analisar a produção intelectual dos “homens da ciência” (como se denominavam os eugenistas do período) percebe-se que a maneira como esses sujeitos pensavam sua sociedade na crise da construção da nação reflete nas fontes analisadas e nos tipos antropológicos ideais elencados para representar o brasileiro. Não bastava ser branco, deveria

corresponder a expectativas de saúde, moral e comportamento condizentes com o perfil eugênico. Desta forma, contribui-se para a marginalização de grupos sociais que reivindicam espaço na atualidade como minorias colocadas em segundo plano quanto aos direitos civis no país. Durante os anos 1920, a eugenia passou a despertar interesse não apenas dos médicos, sanitaristas e educadores, mas também de outros setores da elite brasileira preocupada com a regeneração do “homem brasileiro” (SOUZA, 2012 p. 7). Devido ao número reduzido de cidadãos que tinham acesso à instrução, esta se torna uma das preocupações dos eugenistas tendo em vista a implantação de hábitos de higiene e educação sexual como “meio de intervir no futuro da reprodução humana, gerando uma prole saudável, física e moralmente apta para tornar o Brasil uma nação ordeira e progressista” (SOUZA, 2008, p. 156).

As reflexões passavam pelo crivo do político e da cultura e, sobretudo, para uma tematização dos problemas que afligiam as nacionalidades a partir daquilo que se denominavam como as crises morais e valorativas das civilizações. Esses intelectuais relatavam situações que ameaçavam as soberanias nacionais, tais como os desvios responsáveis pela condição de atraso, estagnação e negação do progresso em que se encontrava o Brasil.

2 Identidade, Nação e Progresso: Discurso Eugênico e seu Propósito Político

A ciência eugênica tinha como objetivos no Brasil a melhoria e a regeneração racial que no período era apontado como causa principal do atraso do país frente aos processos de progresso do capitalismo e do que se compreendia por sociedade desenvolvida. Para Kehl, a pretensão da eugenia constituía-se em regenerar os indivíduos para melhorar a sociedade. Deste aspecto, pretende-se trabalhar a eugenia no Brasil como um conjunto de ideias que visam uma prática, o controle, sobretudo da constituição biológica do indivíduo através do controle de reprodução, o que refletia diretamente sobre os casamentos, sendo evitados os matrimônios entre os “degenerados”. Sobre a questão de raça no Brasil Renato Kehl defendia que:

Não temos uma raça definida, não temos um topo integrado, e já temos rebentos de sub-raças que fragmentam a raça. [...] Para combater o mal temos que dar atenção a toda uma árvore etnológica complicada, em que o enxerto negro, o enxerto aborígene, o enxerto árabe, o enxerto teutônico, o enxerto italiano sobrecarregam e

modificam o velho tronco português, ainda resistente, na força suas qualidades e na força seus defeitos, devidas à difusa raiz de suas origens (KEHL, 1929, p. 86).

Importante destacar, que mesmo oriundas de distintas instituições, as teses e publicações a serem analisadas abrangem uma perspectiva em comum. Amparadas pelas teorias de Galton e Kehl, defendiam quais seriam padrões ideais para o corpo e comportamento feminino e buscavam amparo legal para as propostas de eugenia³ positiva e/ou negativa no intuito de promover padrões biológicos e sociais ideais para o período.

Em uma conferência durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), Kehl busca explicitar os problemas do Brasil e os principais aspectos da eugenia. Na perspectiva do autor, o progresso da humanidade estava ocorrendo de maneira unilateral. Por isso ele profere em seus primeiros momentos de fala a barbárie ocorrida na Europa entre 1914-18, afirmando que:

[...] a educação e as injunções religiosas não bastaram para moderar as paixões, para tornar a humanidade melhor, mais equilibrada, mais filantrópica. Isto porque o homem continuou escravo de sua natureza particularíssima, indelével e simples influencias morais e mentais, preso a uma força que o subjuga biologicamente, que lhe imprime o temperamento, o caráter, de modo inexorável – a hereditariedade (KEHL, 1929, p. 47).

Algumas décadas depois, o discurso eugênico segue latente no país, “é inadiável dar pronta solução ao problema do fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações – Getúlio Vargas” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, p. 9). A partir da citação do então Presidente Getúlio Vargas na página de abertura do Congresso de Brasilidade ocorrido em 1941, pode-se perceber que o debate eugênico se manteve vigente nas políticas públicas e com maior aproximação para com o Estado. Durante o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), se debatia mais amplamente com outras categorias profissionais a importância não só da eugenia, mas também, do saneamento. No Congresso de Brasilidade (1941) existia a defesesa que o homem não “é apenas, um animal gregario em gunção egoística, mas um ser social de responsabilidades firmadas no ambiente em que vive (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, p. 9). Ao analisar as publicações de ambos congressos, perce-se que o discurso eugênico direciona-se para uma centralização do Estado e, delimitação do ato de eugenizar à profissões especificas e, ou, conselhos técnicos.

³ Dois vieses de intervenção são constituídos, a intervenção direta e invasiva no corpo dos sujeitos, chamada eugenia negativa, ou através da profilaxia, tendo como veículos efetivos a educação e a propaganda (SILVA, 2013, p. 5).

Assim, caberia ao Estado em legislação preventiva social, “traçar as normas mestras da educação eugênica, protegendo a saúde dos sãos, orientando a técnica para o aproveitamento dos fracos e incapazes, e estabelecendo princípios positivos de valorização física geral” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, p. 9).

O Primeiro Congresso de Brasilidade foi realizado de 10-19 de novembro do ano de 1941. Representando um movimento intensivo de exaltação cívica, “dentro de todas as esferas de atividades brasileiras, dentro do elevado espírito do Estado Nacional” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, p.5). Sobre a unidade étnica debatida no Congresso defende-se a valorização eugênica do homem brasileiro meio a expressão consciente do valor social e do trabalho e fundamento da riqueza pública. Têm-se forte ênfase às práticas de educação física, cuidados com a saúde para melhor formação étnica brasileira, o termo “raça” passa a ser suprimido por “étnico”. Atrela-se ao regime patriarcal a crescente miscigenação, e enfatiza-se a importância de um forte empoderamento do Estado frente a questão eugênica no país. O cerne do debate do congresso define na ideia de progresso social meio a unidade étnica, para tanto, discute-se a eugenia por três vias: saúde, trabalho e beleza.

Um ponto entre os dois congressos analisados, é a distinção que fazem ao tratar o padrão eugênico brasileiro em comparação ao estrangeiro. O que antes era espelho torna-se irrelevante, no Congresso de Brasilidade (1941) coloca-se que o padrão eugênico brasileiro não se configura como inferior ao padrão clássico estrangeiro. Pelo contrário, não só declara-se que possuímos qualidades superiores de “agilidade, destreza e perspicácia, como o nosso tipo central de beleza eugênica, cientificamente já obtida em cânones preciosos, são harmônicos e graciosos em suas linhas estruturais” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, p. 23). Ao avançar no debate eugenista, percebe-se o uso de políticas públicas para fim de melhoramento e progresso social, ampliando a perspectiva para além da regeneração genética. Pode-se perceber tal elemento na citação da fala de Getúlio Vargas ao assinar o decreto lei instituindo o Salário Mínimo, no Congresso de Brasilidade ocorrido em 1941: “O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para grande maioria da população, aumentando, no decorrer do tempo, os índices da saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, pp. 14-16).

No decorrer das décadas analisadas o perfil do discurso eugênico varia, não se mostrando homogêneo. Inicia-se com a preocupação de saneamento e branqueamento da

população, e, posteriormente, direciona-se para a ideia de centralização e formação de conselhos técnicos especializados evidenciando a articulação entre discurso e ação política do período que se caracterizava por um Estado centralizador e autoritário. Apresenta-se forte apelo às práticas domésticas de eugeniização da sociedade como dever patriótico, contudo, esclarece-se a necessidade de controle dos “homens da ciência”: “Eugenizar quanto possível a família, é um dever da boa política e uma tarefa para os futuros estadistas. E é também um dever domestico, confiado á vigilância de todos os homens inteligentes e cultos” (TEPEDINO, 1914, p. 3).

Um elemento se mostra constante no discurso eugênico: a preocupação com o progresso da nação e da civilização. Nas teses analisadas, a perspectiva de progresso envolve a superação do presente e a concretização no futuro do seu projeto de brasileiro ideal. No entanto, para alguns destes intelectuais não era suficiente apenas a modificação no ambiente, a educação poderia sim engrandecer algumas qualidades, porém restringir outras, podendo dar um verniz mediante o qual são disfarçadas as más características morais. O processo educativo para Kehl, por exemplo, apresentava-se como alavanca do progresso social e deveria ser desenvolvido em conjunto com o progresso biológico por meio da eugenia. Kehl evidenciou como exemplo os Estados Unidos e seu alto nível de violência, o que contrasta com a seriedade com que governo e as instituições tratam as campanhas contra o analfabetismo no país.

Considerando que em termos de quadro social brasileiro das primeiras décadas do século XX, tais circunstâncias apresentam-se de forma que estes ideais serviam ao discurso de constituição de identidade nacional com base na hierarquização das diferenças internas, a disputa pela definição do tipo ideal que representaria o “ser brasileiro” vai definindo-se a partir de uma série de pré-requisitos que se configuram para além da cor de pele e salubridade. “Neste processo, implicitamente, esse modelo de conhecimento científico admitia pensar a associação direta entre a eugenia e o lema central da República positivista brasileira: ordem e progresso” (SOUZA, 2008, p.156). Como colocado por Souza (2008) a introdução da perspectiva eugênica no país, assim como, sua difusão entre os intelectuais, conota um sentido de melhoramento não apenas genético, mas também, a melhora e regramento do social tendo o entendimento que ambos acarretariam em benefícios que seriam

passados às demais gerações, abarcando posteriormente um debate interno sobre a tipologia eugênica, neolamarckista ou mendeliana⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar o projeto eugênico desenvolvem-se duas categorias de análise: nação e identidade ou processo de identificação. Desta forma, procurou-se compreender o processo histórico que envolve as construções simbólicas das nacionalidades no contexto brasileiro da primeira metade do século XX. As nações, segundo Hobsbawm (2002), são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo. Martins (2007) atrela o caráter nacional à questão cultural. Para ele, a nação é, em primeiro lugar, o produto da determinação coletiva dos indivíduos que a compõem. Ela é uma opção, uma decisão de viver em comum, mas também de se desenvolver, de enfrentar os adversários e as dificuldades da competição internacional, em outras palavras, a nação é resultado de uma vontade comum e coletiva, mas também é assumida por chefes carismáticos ou encarnada por figuras históricas convocadas expressamente, na forma mais comum, pelo Estado que lhe garante continuidade.

Martins defende que o discurso nacional é uma linguagem política flexível e de grande plasticidade onde são articulados elementos esparsos de modo, sobretudo, simbólico, delimitando assim um espaço unificado de ação política. Para o autor, essa é a razão pela qual não é possível fixar uma definição conceitual ou empírica de nação: nem a língua, nem a história, nem o Estado, nem a etnia podem defini-la isoladamente. A nação não é um fato, mas somente uma projeção, uma criação simbólica.

Neste sentido, entende-se a preocupação dos intelectuais eugenistas brasileiros em pensar sobre a como um esforço de interpretar a sociedade, de esclarecer suas novas configurações a fim de criar uma identidade nacional. Como elaborado por Giralda Seyferth, o princípio de nacionalidade foi marcado pelos pertencimentos baseados na equação estado-povo-nação; e o nacionalismo vinculou a identidade nacional a uma comunidade de cultura, língua, raça, etnia ou civilização, entre outros critérios de forte apelo simbólico. Existe uma dimensão do nacionalismo que excede seu conteúdo político (SEYFERTH, 2008, p. 1). Nesta conjuntura, o racismo teve papel importante na concepção da “sinonímia entre raça e nação;

⁴ Ver CARVALHO, 2013, p. 36.

por outro lado, a eugenia de conteúdo racial influenciou as políticas imigratórias na maioria dos países ocidentais desde seu aparecimento como ciência dedicada ao controle de populações” (SEYFERTH, 2008, p. 2). Para a autora, a ideia de raça teria influenciado o pensamento social brasileiro, sendo debatida, inclusive, por altos funcionários públicos e políticos, em grande parte vinculada à miscigenação ou ao branqueamento da população.

Na leitura de Stuart Hall, evidencia-se a identidade cultural moderna por meio de sistemas de representação cultural. O autor discorre sobre categorias discursivas fazendo assim, um diálogo teórico com Michel Foucault, ao defender que nos processos onde mais nos individualizamos é onde já nos assumimos enquadrados em poderes disciplinares (música, moda, padrões de beleza...). Assumimo-nos como sujeitos, mas em estruturas que assim nos aceitam. Hall tenta responder às indagações frente ao porquê acabamos preenchendo as posições de sujeito para as quais somos convocados. Considerando que a temática identitária está presente no discurso desses intelectuais, principalmente nas delimitações do “ser” brasileiro e suas relações com outras nações, as concepções de Stuart Hall tornam-se um importante referencial para esse estudo. Segundo Stuart Hall (2000) para otimizar o entendimento do conceito de identidade é necessário levar em conta um outro, o de identificação. Esta é condicional e não representa uma completa fusão entre o mesmo e o “outro”. Para Hall a identificação é um processo de articulação ou uma sobredeterminação e como todos os processos de significação ela também está sujeita ao jogo da diferença. É nesse processo de contrastes, que implica um trabalho discursivo, que as fronteiras simbólicas são delimitadas. Para consolidar o processo de identificação é fundamental recorrer ao exterior que a constitui.

Levando tais apontamentos em consideração, compreende-se que a identidade é ponto de encontro dos discursos ou práticas que nos permitem assumir nossos lugares enquanto sujeitos sociais de discursos particulares com os processos que constroem as subjetividades e que nos constituem enquanto sujeitos. Em suma, pode-se dizer que as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir em determinado contexto. No processo de eugeniização da sociedade propondo uma unidade étnica tendo como fim um projeto de nação, encontram-se tais elementos de definição destes padrões identitários delimitados pelos cânones da ciência. Os intelectuais analisados buscavam a partir da imagem das nações civilizadas, a construção da nação eugênica brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMANI, Carlos Henrique. **Discurso da nação**: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 160 p.

BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CARVALHO, Joice Anne Alves. **Representações da Mulher nas Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia – 1929**. 2013. 58f. Trabalho de Conclusão de Graduação – Centro de Ciências Sociais e Humanas – Curso de História - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Santa Maria, 2013.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a história entre incerteza e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. “*Espaço de experiência*” e “*horizonte de expectativa*”: duas categorias históricas. In: **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 305-327.

LACLAU, Ernesto. **A política e os limites da modernidade**. In: Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p.127-149

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A Medicalização da Raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MARTINS, Estevão. C. de Rezende. **Cultura e Poder**. 2. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

SCHWARCZ, Lília. **As Teorias Raciais**, uma construção histórica de finais do século XIX. O Contexto Brasileiro. In: *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

SEYFERTH, Giralda. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: **As transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração**. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

SILVA, Mozart Linhares. **Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945)**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. v. 8. n. 4. 2013. Disponível em:

<<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070/4897>> Acesso em: 03 de junho de 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção Social da Identidade e da Diferença**. In: Tomaz Tadeu SILVA (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, 133 p.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Por uma nação eugênica**: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História e Ciência*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul/dez 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/>> Acesso em: 06 de junho de 2013.

_____. **As Ideias Eugênicas no Brasil**: ciência, raça e projeto nacional no entre guerras. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 6 n. 11- UFGD – Dourados – jan/jun 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/>> Acesso em: 06 de junho de 2013.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 228 p. (Coleção História e Saúde)

FONTES

AMARAL, A. J. de Azevedo. **O Problema Eugênico da Imigração**. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*; Rio de Janeiro; 1929.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies e a seleção natural**. Portugal: Planeta Vivo, UPTec – PMAR, 2009 [1859].

DOMINGUES, Octavio. **Eugenia**: Seus pressupostos, suas bases, seus meios. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1933.

KEHL, Renato. **A Eugenia no Brasil**: esboço histórico e bibliográfico. In: *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio de Janeiro, 1929, p. 53.

_____. **A Eugenia Prática**. Rio de Janeiro, RJ. 1929.

_____. **A Campanha da Eugenia no Brasil**. Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental. Publicações da Liga Brasileira de Hygiene Mental, 1931.

PRIMEIRO CONGRESSO DE BRASILIDADE - UNIDADE ÉTICA: Culto à Saúde, O Corpo Físico e a Educação do Corpo. Contribuição do Professor Deonato de Moraes - Membro da Comissão de Unidade Étnica. 1941.

RIBAS, Estellita. **Exame Pré-nupcial**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina de São Paulo. Estabelecimento Graphico Phoenix, Rua do Carmo, 72, São Paulo, 1927.

TEPEDINO, Alexandre. **Eugenia**. Tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1914.